

A HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO NEGRO NO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS: A EXPERIÊNCIA COM A LEI 10.639/2003 NO COMPLEXO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL PROFESSOR MAGALHÃES NETTO EM MADRE DE DEUS -BA¹.

Vera Lucia Bispo dos Santos²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo avaliar os resultados da implementação da Lei 10.639/2003, na Escola Municipal Professor Magalhães Netto, situada no município de Madre de Deus-BA, a partir dos materiais didáticos utilizados nas aulas de História do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental e da realização de uma sondagem com alunos do 7º ano, no intuito maior de analisar os conteúdos referentes à História da África e à História do Negro no Brasil e a modo como o continente africano é percebido em sala de aula pelos alunos, contribuindo para uma reflexão inicial sobre as práticas pedagógicas relacionadas à lei no âmbito desta escola em particular.

Palavras-chave: História. África. Ensino. Escola.

Recebido em 14 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 14 de abril de 2018

Introdução

¹ As questões aqui levantadas fazem parte de uma pesquisa de iniciação científica em fase inicial, vinculada ao projeto de pesquisa da professora Fábila Barbosa Ribeiro, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), intitulado: *“A História da África que os livros didáticos africanos e brasileiros contam: um estudo comparativo entre Angola, Moçambique e o Brasil”*, financiado pela FAPESB, através do Edital Jovem Cientista Baiano e que terá início em 2018.

² Graduanda em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Correio eletrônico: vera.vbispo@gmail.com.

A Lei 10.639, promulgada no ano de 2003, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, através do artigo 26º, parágrafo 1º, a obrigatoriedade dos estudos de “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional”, em todos as séries do ensino fundamental e médio. Essa lei, promoveu um importante avanço no combate à discriminação e ao racismo, uma vez que os profissionais da educação que já se engajavam nesta luta, passaram a contar com um novo instrumento de ação:

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º - (Vetado) ”

“Art. 79-A - (Vetado) ”

“Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. ”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 09 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República³.

A lei 10.639 surgiu como resposta às lutas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, que, almejava novos rumos para o ensino de História no Brasil, inserindo a História da África e da Cultura afro-brasileira na educação básica e as questões étnico-raciais como pauta curricular. Visando a valorização das contribuições dos negros para a construção da nação, inclusão de novas formas de abordagens da vida dos escravizados, nas quais estejam incluídas as várias formas de resistência empreendidas por estes, privilegiando uma agência negra pouco trabalhada nas escolas, sem esquecer-se dos aspectos essenciais do Brasil escravista, sobretudo no que tange à violência.

Todavia, treze anos após a sua aprovação, ainda há dificuldades em se encontrar escolas que cumpram esses objetivos. Se a princípio se podia culpabilizar a inexistência de materiais didáticos e paradidáticos que abordassem esses temas,

³ Em 2008, a LDB seria novamente alterada para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e cultura dos povos indígenas. Dessa forma, foi promulgada a Lei 11.645 para: “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira e indígena”.

atualmente nos vemos em meio a uma profusão de produções à disposição dos profissionais, que acabam por não serem utilizadas nas escolas. Algumas das quais, esbarram no preconceito, na intolerância religiosa, na falta de formação e até mesmo na falta de interesse pelo tema, o que tem dificultado a sua difusão apesar da lei. Todavia, podemos sentir algumas mudanças, que mesmo pequenas não podemos deixar de considerar. Em âmbito público, já são ofertados cursos de formação para professores como o caso do UNIAFRO da UNILAB⁴, as universidades públicas já oferecem a disciplina de História da África em seus cursos de História e cursos de pós-graduação na área, a exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que criou em 2005 o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro). É importante ressaltar que dos cursos de formação, saem multiplicadores que procuram desenvolver o tema nas escolas em que lecionam. Como observa Mônica Lima:

Dos cursos de história da África saíram multiplicadores que, em suas instituições de ensino criaram iniciativas e hoje participam de forma mais efetivas de fóruns de debate e ações do movimento social, havendo também aqueles que prosseguiram em seus estudos, pois se sentiram estimulados para tanto⁵.

Outro desafio da lei é fomentar entre os alunos do ensino fundamental e médio um conhecimento sobre a História do continente africano e sobre a cultura afro-brasileira, visando diminuir o preconceito e desconstruir as imagens estereotipadas que se formaram no imaginário brasileiro sobre o continente. Nesse contexto, o artigo ora apresentado, tem o objetivo de contribuir para uma reflexão acerca dos impactos da lei e sua difusão, a partir da análise dos materiais didáticos utilizados no Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto, no intuito de fornecer subsídios para a reflexão das práticas em torno da lei 10.639/2003 e apontar caminhos e perspectivas futuros.

O Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto, situa-se na cidade de Madre de Deus, um jovem município, do Recôncavo baiano que se emancipou em 1989. Em 2015, a cidade contava com uma população de 20.348 habitantes, segundo o - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano

⁴ Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar ofertado pela UNILAB.

⁵ LIMA, Mônica. A Escrita da história Escolar – memória e historiografia. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs). Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 154.

2015, teve 2.824 alunos matriculados no Ensino Fundamental, 697 no Ensino Médio e 444 na Pré-Escola.

Embora o município receba livros didáticos fornecidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), a prefeitura de Madre de Deus adota os módulos da Editora Positivo. O material didático do Ensino Fundamental II, objeto de análise, se encontra dividido da seguinte forma: para cada série são quatro volumes correspondentes aos quatro bimestres, dividindo-se os conteúdos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa e Educação Artística⁶.

O presente artigo contemplará duas etapas: a primeira consistindo na análise do material didático, a fim de averiguar o tratamento dado aos conteúdos e imagens relacionados ao continente africano e à História dos negros no Brasil; e a segunda, o acompanhamento das aulas de História do Ensino Fundamental II durante o período de um bimestre. Neste caso, apresentamos em conjunto os resultados da pesquisa realizada com alunos dos 6º e 7º anos, entre os quais realizamos uma sondagem com o objetivo de identificar os seus conhecimentos sobre o continente africano antes de iniciados os trabalhos com os módulos Positivo.

A História da África e dos negros no Brasil nos materiais didáticos Positivo: os módulos do sexto e sétimo anos

Os quatro volumes de estudos no 6º ano são compostos por 1.135 páginas, das quais 169 páginas são dedicadas à disciplina de História, cujos conteúdos se encontram divididos da seguinte forma:

Volume I: Estudo da História – compreender o passado e o presente, as pessoas e a História, fontes históricas, o tempo e a História. As primeiras sociedades – o início da história, origens da humanidade, nomadismo e sedentarismo. Mesopotâmia Crescente e Fértil, a vida entre o Tigre e o Eufrates, uma região de muitos povos, culturas e influências mesopotâmicas. Egito A vida ao redor do Nilo, o cotidiano no Antigo Egito, os egípcios e outros povos.

Volume II: Fenícios e Hebreus Persas origem, deslocamento e sedentarismo, expansão territorial, organização imperial. A Grécia, as cidades estados e identidades, a formação do mundo grego, idioma e religião, a identidade grega, Atenas e Esparta cultura e conhecimento – a educação e os jogos, relações familiares, o conhecimento, as guerras.

⁶ WITOSLAWSKI, Henrique. História: 6º Ano Ilustração DKO Estúdio Roca. – Curitiba: Positivo, 2013.

Volume III: Roma: da fundação ao estabelecimento da Monarquia, o estabelecimento da República, a vida cotidiana, organização social, o direito conquistas territoriais. Do Império à fragmentação – o estabelecimento do império, trabalho escravo, conquistas territoriais, organização social. Cultura e Contatos com outros Povos – sociedade e religião, arquitetura e arte, migrações, invasões e divisão do Império Romano.

Volume IV: Império Bizantino – política e economia, cultura e sociedade, Igreja Bizantina, Influências culturais. Árabes – Arábia, Mohammad e a unificação, Islamismo, política e economia, cultura e sociedade, expansão territorial do Islã, influências culturais. Europa Ocidental – das migrações ao mundo carolíngio.

O material analisado faz uma rápida exposição sobre a forma de estudar História. Aborda a influência da religião católica na formação do Brasil e de seus costumes e a influência de outros povos em nossa alimentação, citando a macarronada, prato que faz parte do cotidiano brasileiro, mas tem origem italiana, feito com o macarrão de origem chinesa e tomate, um fruto americano. Cita o acarajé, um prato típico baiano, que é uma adaptação de uma comida africana que os escravizados que para o Brasil vieram adaptaram do falafel árabe, originado no Oriente Médio. Segundo o texto do livro: “o acarajé é um prato típico da Bahia. Sua origem é afro-brasileira foi adaptado de uma comida africana. Os africanos, por sua vez, criaram o acarajé com base em um prato árabe chamado falafel, originado no Oriente Médio”⁷. Neste trecho é muito interessante a apresentação de um prato de origem europeia e outro de origem africana, isso evidencia que houve uma influência diversa na formação da culinária brasileira. O que também se deu em outros aspectos da formação da nação.

No entanto, mais adiante, quando aborda a questão da habitação, o material, descreve vários tipos de moradias, tais como iglu (casas feitas com blocos de gelo), as casas de taipas trazidas pelos portugueses, casas japonesas que são feitas de materiais leves e tem móveis baixos por causa dos terremotos, casas de madeira com telhados altos, típicas de países europeus e casas construídas sobre palafitas. Trazendo inclusive ilustrações de cada uma delas, como nos exemplos abaixo, estando ausente qualquer menção à moradia “típica” do continente africano:

⁷ WITOSLAWSKI, Henrique. História: 6º Ano Ilustração DKO Estúdio Roca. – Curitiba: Positivo, 2013 p. 7.

As casas de madeira com telhado alto típicas de países europeus onde tempestade de neve são comuns. ...



As casas feitas sobre palafitas são próprias de comunidades que se desenvolveram e passaram a viver na margem de grandes rios ...



No item sobre as origens da humanidade, o livro menciona o fato já bastante difundido, de que os mais antigos fósseis humanos foram encontrados no continente africano e que os primeiros seres humanos surgiram em África, espalhando-se pelo mundo, chegando primeiramente ao Oriente Médio e depois seguindo em direção a Europa e Ásia. Nota-se que o texto também descreve como se formaram as diferentes características históricas e como as pessoas são agentes históricos. Menciona as diferentes fontes históricas, ressaltando neste caso, a escrita egípcia deixada nas paredes, sem, contudo, mencionar a origem negra dessa civilização.

A omissão da origem negra dos antigos egípcios é amplamente debatida por Kabengele Munanga, segundo o autor, essa omissão foi sem dúvida, mais uma forma de justificar e legitimar a colonização do continente:

Podemos seguramente deduzir da história do Egito faraônico que, pelo menos, 21 dinastias faraônicas eram nitidamente negras: as primeiras 20 dinastias que ininterruptamente, reinaram sem que houvessem invasões estrangeiras, e a XXV dinastia, que foi sudanesa e negra. Os testemunhos aqui rapidamente resumidos apresentam um grau de concordância de difícil contestação sobre a origem negra da civilização egípcia. No entanto esses fatos em toda a sua objetividade estão ainda subestimados e ocultados no ensino da história. O que estaria por trás dessa subestimação e ocultação da capacidade de criadora dos negros da África? Certamente, a justificação e a legitimação da colonização do continente africano, da sujeição dos povos e a pilhagem de suas riquezas naturais⁸.

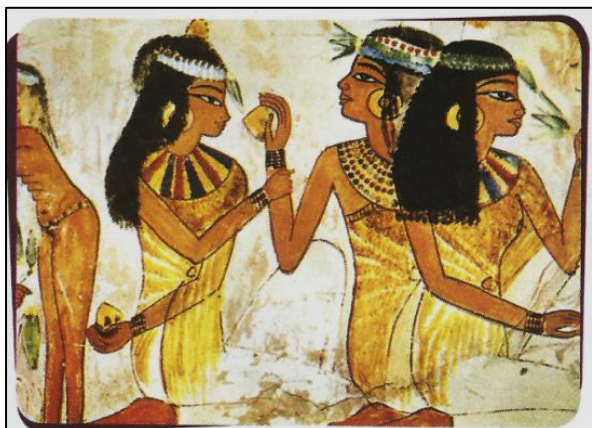
No caso do módulo Positivo, nas dez páginas dedicadas à história do Egito, apresenta-se a riqueza de uma grande civilização. Constam no texto a localização, a importância do rio Nilo, política, religião e a crença na vida após a morte. A criação das escritas hieroglífica, hierática e demótica, descrevendo cada uma delas. Traz ainda a descrição da figura e função dos sacerdotes e o livro dos mortos. O cotidiano do Antigo Egito, curiosidades como a contagem dos anos a partir da coroação de cada faraó, hábitos de higiene e cuidados com o corpo, técnicas de irrigação na agricultura, as conquistas egípcias, as invasões e dominações que sofreram e ainda, um relato de Heródoto sobre um ritual de mumificação.

⁸ MUNANGA, Kabenguele Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: história, línguas culturas e civilizações 1ª ed, Global, 2009 p. 50.

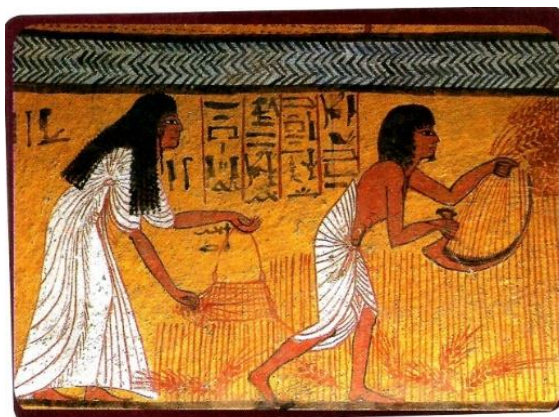
Mais uma vez, o autor não faz referência à origem negra dos egípcios. Quais motivos o levam a omitir essa origem negra? Quando alguns historiadores da antiguidade como: Heródoto, Aristóteles, Estrabão, Amiano Marcelino Volney entre outros já afirmavam isso? Segundo Munanga:

Para os historiadores e escritores gregos e latinos que visitaram o norte da África no início e depois das invasões gregas e romanas, a classificação física não era problema: “Os egípcios eram negros, lábios grossos, cabelos crespos e pernas finas[...]Fica difícil ignorar ou subestimar a concordância entre os testemunhos apresentados pelos autores com referência a um fato tão evidente quanto a raça de um povo⁹.”

Embora o material traga figuras onde fique evidente que os antigos egípcios não eram brancos, também não mostra que eram negros, fica subtendido, portanto, que estes tinham a “pele bronzeada”. O que podemos perceber na figura abaixo¹⁰:



Pintura na tumba de Nakht, Egito



Pintura representando a colheita de cereais pelos camponeses egípcios. Vale dos Reis, Tebas.

Podemos concluir que, das cento e sessenta e nove páginas dedicadas à disciplina História no módulo do 6º ano, apenas vinte traz algo relacionado ao continente africano.

No que tange aos quatro volumes do 7º ano, estes são compostos por um total de 1036 páginas, das quais 156 são dedicadas à disciplina de História. Os conteúdos desse material se encontram divididos da seguinte forma:

⁹ MUNANGA, Kabengele Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: história, línguas culturas e civilizações 1ª ed, Global, 2009 p. 45

¹⁰ WITOSLAWSKI, Henrique. História: 6º Ano Ilustração DKO Estúdio Roca. – Curitiba: Positivo, 2013 p.46 – 41.

Volume I: Sistema feudal sua formação, organização política, a sociedade feudal e a hegemonia da Igreja. Renascimento Comercial e Urbano, o aperfeiçoamento agrícola, as feiras e rotas comerciais, o crescimento das cidades e da burguesia, as cruzadas, Crise no Sistema Feudal – estuda a crise do século XIV. Renascimento Cultural – península Itálica: riqueza material e herança do mundo clássico burguesia suas ideias e modo de vida, características do renascimento científico expansão do renascimento.

Volume II: Estados Nacionais Modernos, Reformas Religiosa, Grandes Navegações, África Subsaariana, Contatos entre europeus e africanos na Costa Atlântica, Contatos entre europeus e africanos na Costa Índica

Volume III: O Oriente - Contato entre europeus e asiáticos, Índia, China e Japão Povos pré-colombianos, os Maias, Astecas e Incas, Povos do Brasil - Ocupação do território, diferentes povos, diferentes costumes Organização: a tribo, a plantação, a coleta e a caça, As crenças e a guerra Colonizações espanhola e inglesa na América - Política mercantilista e ocupação da América, Colonização espanhola, Colonização inglesa.

Volume IV: Colonização portuguesa na América, A crise do comércio com as Índias, Contatos, escambos e feitorias, Organização da política colonial, Presença francesa e holandesa. Brasil Colonial: a sociedade açucareira - Economia açucareira, O engenho, a Sociedade açucareira, Vilas e cidades, Comércio interno. Brasil Colonial: a expansão para o interior – Bandeiras, Drogas do Sertão, criação de gado, Missões e reduções jesuítas.

Nas nove páginas dedicadas ao continente africano, o autor começa a contar a História da África através das viagens marítimas e a exploração do continente pelos europeus no século XV, mostra que os europeus já o conheciam, e ainda a importância das sociedades africanas. Depois fala sobre os modos de vida dos povos que habitavam a região do Saara e a forma como se organizavam às margens dos rios Congo, Cuanza, Cunene, Zambeze em atividades agrícolas e pesqueiras. Mostra como viviam em aldeias, nas quais predominava a divisão do trabalho e uma forte hierarquia social.

O texto faz ainda um breve relato de como os muçulmanos conseguiram converter parte das populações ao islamismo, e que os povos nômades foram responsáveis pela expansão da religião Islâmica. O texto aborda a importância do Islã para o bom desenvolvimento das relações comerciais, citando o trecho do texto de um autor retirado da coleção História Geral da África¹¹:

[...] o islã apresentava (e apresenta) um conjunto de preceitos morais e práticos estreitamente ligados às atividades comerciais. Este código moral ajudava a sancionar as relações comerciais e oferecia, aos membros dos diferentes grupos étnicos, uma ideologia unificadora que atuava em favor da segurança e do crédito, duas das condições essenciais para a existência de relações comerciais entre parceiros comerciais distantes entre si¹².

¹¹ Material elaborado pela Unesco.

¹² FASI, Mohammed ele (Ed.). História Geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: Unesco, 2010, p.88 apud WITOSLAWSKI, Henrique. História: 7º Ano / Henrique Witoslawski/ Ilustração DKO Estúdio Roca. – Curitiba: Positivo, 2013, p.44.

O autor termina este tópico mencionando a chegada dos portugueses à costa africana.

Porém, quando os portugueses começaram a aportar ao longo da costa africana, não se encontraram com populações islâmicas, mas com uma série de povos que tinham pouco, ou nenhum, contato com o norte do continente. Provavelmente em consequência disso é que os portugueses conseguiram estabelecer relações com esses povos, incluindo trocas comerciais e difusão do cristianismo por meio das missões¹³.

No tópico “Contato entre portugueses e africanos”, o autor nos mostra que por toda a África já havia diversas formas de organização social e como os europeus tiveram os primeiros contatos com os povos que viviam próximos ao litoral, o que considero um aspecto positivo do material. Outro ponto é o fato de ele trazer, ainda que de forma muito superficial, os impérios de Gana, Mali, e o reino do Congo e ainda menção à cidade de Tombuctu, que na chegada dos portugueses já era uma verdadeira metrópole com comércio desenvolvido, lugares de ensino e uma suntuosa biblioteca¹⁴. Sobre os reinos o material apresenta o seguinte texto:

Após contornarem o Cabo Bojador, os portugueses continuaram explorando a Costa Atlântica e se depararam com sociedades cujo comércio era muito próspero no continente africano, o que interessava aos lusitanos.

Algumas dessas sociedades haviam sido convertidas à religião islâmica....

A primeira grande organização social da África Subsaariana foi o Império de Gana, no século IV. Localizado ao sul do Saara, Após o declínio do Império de Gana, enfraquecido diante de guerras tribais, outra organização imperial surgiu na região, o Império Mali. Localizado perto do Rio Níger e de diversas regiões ricas em ouro, ...

O Congo era um reino que dominava diversos povos e territórios diferente na África Centro-Occidental. O comércio interno do Congo impressionou os portugueses, assim como a organização administrativa das províncias. ... o contato entre o Reino do Congo e os portugueses foi tão intenso que o rei Nzinga-a-Nkuvu se converteu ao cristianismo¹⁵.

Como na maioria dos livros didáticos o espaço dedicado a História da África é muito pequeno, para dar conta da enorme diversidade social e cultural ali existente. Passemos agora para a abordagem da imagem dos africanos e seus descendentes na diáspora, através do capítulo: “Brasil Colonial”. Neste, os escravizados aparecem apenas como mera força de trabalho, associada às propriedades dos senhores de engenho. O que se evidencia no trecho em destaque:

O prestígio de um senhor de engenho era medido pelas dimensões de sua propriedade, pela sua produção de pães de açúcar e pelo número de

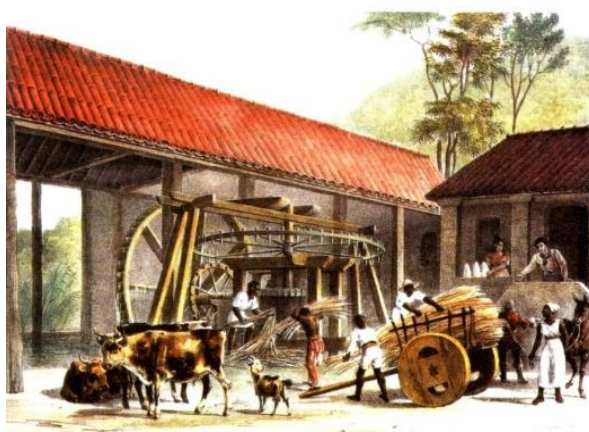
¹³ WITOSLAWSKI, Henrique. História: 6º Ano – Curitiba: Positivo, 2013 p.45.

¹⁴ A respeito dos reinos de Gana e Mali ver: MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

¹⁵ WITOSLAWSKI, Henrique. História: 6º Ano – Curitiba: Positivo, 2013 p.45-46.

escravizados, o fato de ele sustentar um grande número de familiares e agregados também era fator de prestígio social¹⁶.

Podemos observar que as figuras apresentadas no material tentam humanizar o tratamento dado aos negros naquele período. Este fato pode ser observado tanto nas pinturas de Johann Moritz Rugendas, como nas de Jean-Baptiste Debret. A primeira traz o cotidiano do moinho de açúcar, no qual os escravizados estão a descarregar um carro de tração animal. A segunda os mostra a disposição dos senhores enquanto estes jantam. Uma senhora dando alimento aos filhos de escravizados, nus ao chão, em redor da mesa, como se fossem animais de estimação. Não aparecem cenas de violência, como o pelourinho, nem outros tipos de castigo. O que se destaca é a benevolência da gentil senhora alimentando seus futuros escravos.



RUGENDAS, Johann Moritz. Moinho de açúcar. 1835. 1 litografia. Gravadores: J. Arnout e L. Deroy Casa Litográfica Engelmann, Paris.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.22.



DEBRET, Jeann – Baptiste. Um jantar brasileiro, 1827, 1 aquarela sobre papel: color, 15,9cm x 21,9 cm, Museus Castro Maia, Rio de Janeiro.

A partir dessa análise, podemos observar que os conteúdos sobre a História da África nos módulos da Editora Positivo, aparecem de forma superficial e generalizadora, com onze páginas no primeiro volume do 6º ano dedicadas especialmente ao Egito, e nove páginas dedicadas ao continente africano no segundo volume do 7º ano, fato que ocorre com a grande maioria dos livros didáticos, que quando trazem temas ligados à África, dedicam a eles em média de 10 a 20 páginas apenas. Anderson Ribeiro Oliva apontou para este fato em 2003, ao mencionar que: “... a grande maioria dos livros didáticos de História utilizados nesses níveis de ensino não reservam para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o continente”¹⁷.

Anderson Oliva observava o pouco espaço destinado à História da África, em detrimento de uma História eurocêntrica, o que se pode observar ainda hoje. Esse fator muito contribui para a formação de imagens equivocadas sobre o continente africano por parte dos alunos, assim como africanos e seus descendentes na diáspora, permanecem como mão de obra trazida da África para realizar o trabalho que os índios (rebeldes) não queriam fazer.

Infelizmente, a atualidade da análise de Oliva também poderá ser vista através das respostas dadas pelos alunos da escola Professor Magalhães Netto. Oliva chama atenção para a forma preconceituosa com que nós brasileiros tratamos a África. Influenciados pelas mídias que mostram um continente marcado por guerras étnicas, fome e doenças. E esses alunos, certamente, reproduzem essa visão reducionista.

¹⁷ OLIVA, Anderson Ribeiro- História da África nos bancos escolares - Estudos Afro-Asiáticos, Ano25, nº 3 2003, p.

Em alguns livros didáticos ainda aparece uma representação dos indígenas como fracos que não conseguiam suportar o árduo trabalho das plantações de cana-de-açúcar, nesse caso, os escravizados trazidos da África, já tinham o “costume” de trabalhar nas plantações na África. Aparecem também como os “indefesos” que foram libertados pela princesa Isabel, personagem que por muito tempo foi homenageada nas escolas, como a grande redentora dos escravos. É importante ressaltar que essa perspectiva omite todas as formas de resistência utilizadas por africanos e seus descendentes para se rebelar contra a submissão ao cativo, resumindo-os a seres passivos, conformados e resignados com a sua condição de escravizados.



▲ *Negro no pelourinho - Debret.*

Acervo Nova Escola

Esta reprodução de uma litogravura de Jean-Baptiste Debret, aparecia em vários livros didáticos. Um escravizado aplicando castigo a um fugitivo, enquanto outros assistem para aprender a lição. Mesmo que seja pouco veiculada nos materiais didáticos - o que carece de pesquisas mais profundas nos materiais didáticos para referendar tal assertiva - ainda hoje, figuras como esta são encontradas nos livros didáticos, para mostrar a participação dos negros na formação do Brasil. Os africanos e seus descendentes aparecem mais especificamente nos capítulos dedicados ao período colonial e imperial, sempre associados ao trabalho escravo. A presença dos negros no pós-abolição ainda se encontra ausente desses manuais, assim como uma história mais contemporânea dos negros no Brasil, que contemple lutas que mobilizaram vários

setores da sociedade e que deram origem a várias organizações tais como: Movimento Negro Unificado, Teatro Experimental do Negro e Grupo Palmares¹⁸.

A partir dessa perspectiva de análise dos materiais didáticos de História da Editora Positivo, e da constatação de que ainda se dedica pouco espaço à História da África e de africanos e seus descendentes na diáspora, tentaremos doravante observar a disseminação dos conteúdos em sala de aula, a partir da participação em algumas aulas de História do 6º e 7º ano, assim como da aplicação de um questionário que teve o intuito de sondar as percepções dos alunos a respeito do continente africano.

Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto em Madre de Deus e o ensino de História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades

O Complexo de Educação Municipal Professor Magalhães Netto foi inaugurado em 13 de junho de 1970. Possui atualmente um total de 639 alunos e a grande maioria é declarada como “pardos” pelos pais, no momento de sua matrícula. A biblioteca do colégio, que está desativada no momento, possui um bom acervo de livros paradidáticos que estão guardados em um depósito, e, no que tange aos materiais relacionados à Lei 10.369/2003, podemos encontrar 02 ou 03 exemplares do livro de contos “A Preferida do Rei”, de Toni Brandão, “O que Há de África em nós” de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, vários exemplares de “Cultura Afro e Cultura Indígena”, da editora Moderna e romances como: “Kalahari uma aventura no deserto”, “Sangue de índio”, entre muitos outros.

Apesar da desativação da biblioteca, existe uma sala de leitura na qual os professores podem levar os alunos para trabalhar com os livros. Fica à escolha do professor trabalhar com esses livros, mas infelizmente a grande maioria não utiliza esta sala. A escola conta com 13 professores que ministram as aulas de História, Geografia e Ensino Religioso, de um total de 43 professores, dos quais 33 se autodeclararam negros.

Em novembro de 2015 foi desenvolvido na escola, o projeto “Feira do Conhecimento”, que segundo os gestores e coordenadores, teve o objetivo de incentivar a criatividade e o senso prático dos alunos, estimular a interdisciplinaridade, desenvolver

¹⁸ Para uma leitura sobre o movimento negro no Brasil ver: PEREIRA, Amílcar Araujo. O mundo negro: as relações raciais e a constituição do *movimento negro* contemporâneo no Brasil (1970-1995). Rio de Janeiro: UFF, doutorado, 2010.

estudos em equipe e estimular hábitos de vida mais saudáveis. Neste projeto, cada turma desenvolveu atividades de pesquisa sobre um tema específico, com uma apresentação no pátio da escola em que cada turma teve seu *stand* e apresentou para os pais e a comunidade do entorno os resultados de suas pesquisas.

Os trabalhos foram distribuídos por temas, da seguinte forma:

6º ano: mais valores mais vida, abordaram os índios e sua cultura, cultura “afro-indígena” e suas crenças; 7º ano: cidadania – arte dom bem viver, abordaram, a importância de bons hábitos alimentares para uma boa saúde e a importância das atividades; 8º ano: sexualidade: mitos e verdades, buscaram informar os jovens com relação ao comportamento sexual, o uso da camisinha, pílulas anticoncepcionais as doenças sexualmente transmissíveis; 9º ano: do campo a mesa, abordaram os costumes alimentares dos diversos povos que compõem a nossa sociedade. (grifos meus).

Na entrada da escola foram colocadas as figuras de um capoeirista e de uma baiana com o rosto vazado, para que os visitantes pudessem se colocar e tirar fotos:



128



Foto do Stand do 9º ano E, aluna explicando sobre a utilização das ervas.

No que tange às temáticas relacionadas à Lei 10.639, os alunos do 9º ano E, desenvolveram o tema: “Fitoterapia Afro-indígena”, que evidenciou as plantas medicinais utilizadas por indígenas e afrodescendentes, hábitos de alimentação e saúde. Em sua apresentação, os alunos mostraram os vários tipos de grãos que índios e africanos usavam na alimentação e as plantas usadas nos rituais das religiões de influência africana. No folder distribuído no *stand*, os alunos elaboraram o seguinte texto:

Não é difícil constatar que as plantas têm seus papéis determinados, dentro dos rituais e estes têm muito a ver com suas propriedades, a partir dos elementos que encerram. Isso se dá tanto nas cerimônias religiosas como nos rituais de cura. Daí deduzir-se que as plantas não são escolhidas aleatoriamente.

Neste evento, pode-se observar um esforço da escola para contemplar temas ligados à Lei 10.639/2003, todavia, os resultados encontrados na sondagem já mencionada, nos mostram que estamos muito distantes de uma real difusão da lei. Iniciamos os nossos trabalhos, com a turma do 7º ano E, a sondagem foi possível graças à cooperação da professora Iracema e dos alunos que muito colaboraram respondendo aos questionários e à pergunta-sondagem. A observação das aulas foi realizada durante as segundas-feiras no turno vespertino, durante um período de dois meses, mas os resultados desta análise não cabem no espaço deste artigo.

O 7º ano E, pertence ao período vespertino, é formado por 29 alunos, com idades entre 12 e 15 anos, sendo 11 meninas e 18 meninos, dos quais 06 se autodeclararam “morenos”, 06 se disseram “pardos”, 02 se autodeclararam “amarelos”, 02 se autodeclararam “brancos” e 03 se autodeclararam como negros. Na primeira abordagem, sem nenhum aviso prévio, pedimos que os alunos respondessem a um questionário no qual foi perguntada a idade, cor e gênero, no intuito de traçar o perfil étnico-racial da turma. Além do questionário pedimos que respondessem à seguinte questão: **“O que você conhece sobre a África?”**. Os resultados, se não surpreendem, novamente dão margem para que se perceba quão longe estamos da real difusão da lei 10.639. Destacamos a seguir, algumas respostas, reproduzidas tal e qual foram escritas:

André Felipe, 14 anos, pardo: “pessoas que passam fome e vivem em ambientes enojáveis e precisam cavar poças para conseguir beber água”.

Caroline, 14 anos, morena: “O que sei é que lá tem muitas famílias que passa fome e crianças que morrem por causa de ebola é que de lá que vem a doença mais perigosa do mundo o ebola”.

Elaine, 12 anos, negra: “A África é um lugar que precisa de muita ajuda lá tem costumes que aqui no Brasil não existe”.

Emilly, 14 anos, branca: “Que a África é um lugar muito lindo, e é um país”.

Gabriel, 12 anos pardo: “É um lugar que tem uma doença chamada ebola o lugar que inventou a dança chamada capoeira onde vive pessoas negras mais se eu tivesse dinheiro eu ajudaria”.

Juliete 14 anos, parda: “O Egito fica na África, ebola”

Kauan Icaro 14 anos, moreno: “Os africanos passavam fome e era um povo discriminado porquê da cor e porque passavam fome”.

Lidinei, 13 anos, negro: “Que na África tem muita gente pobre e todos lá são negros e muita gente passa fome”.

Lucas, 14 anos, moreno: “Que na África tem muita gente pobre, todos lá são negros e muita gente passa fome e dificuldades das coisas, é dificuldade das coisas, usa sandálias de bujão e passa por muitas coisas difíceis.”

Marterson, 13 anos, pardo “São pessoas que muitas não têm condição lá tem várias doenças, como ebola e outros tipos de doença e são um grupo de negros”.

Mateus, 13 anos, negro: “Os africanos tem seca e não tem comida e dá pena”.

Naeli, 14 anos, amarela: “Há na África os povos tem sofrimento lá é um país pobre e os escravos sofrem, os povos de lá alguns morre de fome e etc”.

Rafael Fernando, 13 anos, moreno: “A África é bem pobre e tem muitos doentes mais tem gente que ajuda cuidando dos doentes, dão comida e água”.

Ricardo, 13 anos, pardo: “Eu acho que a África está precisando de ajuda lá tem muita miséria”.

Roberto, 12 anos, moreno: “A África é um dos países mais pobres do continente africano, passam fome, muitos doentes, muita seca mais algumas paisagens muito lindas”.

Sarah, 13 anos, amarela: “O que eu sei de lá é que eles são pobres negros, sem condições financeiras, lá os povos sofrem demais, teve uma vez que botaram uma bomba na igreja e matou mais de 100 pessoas lá o povo está precisando de ajuda imediatamente”.

Suane, 12 anos, parda: “Que na África existe muitos negros e existe muito racismo, pois as pessoas de hoje em dia têm muito racismo”.

Como podemos observar através da sondagem com os alunos do 7º ano E, a totalidade deles associa o continente africano à fome e miséria, mantém-se a ideia consagrada de que “a África é um país” que necessita de “ajuda”. São visões reducionistas, mas que estão muito bem incrustadas nas percepções desses alunos. Certamente, isso se deve ao fato de que a maioria dos livros didáticos não aborda a História da África de forma ampla e atualizada, e, quando o fazem é de forma bastante superficial. Através da visão estereotipada presente nos relatos desses alunos, somos levados a pensar que pouco ou quase nada foi passado para eles em sala de aula sobre a África. Fica explícito que eles fixaram as informações passadas pela grande mídia, que os bombardeia com notícias negativas como as epidemias, guerras “tribais”, fome e pobreza.

Importante observar que no material didático analisado, embora haja alguns equívocos, há informações sobre o continente africano que eles aparentemente não absorveram, não aparecem nas respostas nenhuma menção ao conteúdo dos módulos Positivo. O que nos leva à seguinte pergunta: “os alunos não fixaram o conteúdo ou a professora não trabalhou os conteúdos do volume dois do módulo que traz um item sobre a África subsaariana, por exemplo?”

Considerações Finais

Após a independência do Brasil, houve uma busca pela formação de uma identidade nacional, coube à escola o papel de formar os cidadãos brasileiros, baseando-se na formação cristã e no civismo. As elites se preocupavam com a formação da nação composta pela mistura de três raças: o branco, o negro e o índio. Porém, a

mestiçagem era vista como problema naquela época, pois os mestiços eram considerados seres inferiores, herdeiros dos defeitos das duas raças cruzadas. Os afrodescendentes eram considerados o problema maior.

Do século XIX até a década de 30 do século XX, essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira¹⁹.

No pós-abolição o governo que deveria garantir os direitos dos ex-escravizados com políticas que lhes garantisse o trabalho para sua sobrevivência, incentiva a vinda de imigrantes europeus, principalmente os italianos, numa tentativa de branqueamento da nação brasileira. Segundo Ribeiro:

O final do século XIX trouxe consigo processos que não abalaram profundamente as estruturas da sociedade patriarcal brasileira. Entre eles se encontram a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889). Ambos os eventos, não garantiram a introdução da população negra na sociedade brasileira que se estruturava. Ao contrário, negros e negras foram praticamente excluídos do mundo do trabalho, em especial do nascente processo de industrialização que se enunciava²⁰.

Durante séculos, a condição dos negros na História brasileira foi de invisibilidade, suas contribuições para a formação da nação foram relegadas ao esquecimento, esse esquecimento se deve a uma tentativa frustrada de embranquecimento da população. É impossível nos livros didáticos negar o legado nefasto de mais de 300 anos de escravidão, essa História deve ser contada. No entanto, podemos contar outras Histórias. Histórias de negros que resistiram e lutaram contra a escravidão, como a de Luiza Mahin, Zumbi dos Palmares, Maria Felipa, entre outros, que não se conformaram com a escravidão. As Histórias dos grandes reis e rainhas africanos e como eles viviam antes de serem trazidos à força para as terras brasileiras e serem escravizados.

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a História de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-política econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas²¹.

¹⁹FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 46.

²⁰RIBEIRO, Fábila Barbosa. "Diversidade étnico-racial no Brasil". In: SILVA, Geranilde Costa e, LIMA, Ivan Costa, MEIJER, Rebeca Alcântara da Silva (org.). *Abordagens Políticas, Históricas e Pedagógicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar*. Fortaleza: UNILAB, 2015, p. 73-74.

²¹SILVA, Ana Célia da; MUNANGA, Kabenguele (org.) *Superando o Racismo na Escola* 2005, p. 25.

Por este caminho, surgirá, de forma lenta, porém consistente, uma sociedade mais aberta para as diferenças culturais. Enfim uma sociedade com menos preconceitos. Os professores e profissionais da educação devem conhecer o conteúdo da lei e serem preparados para que possam difundi-la, afinal ninguém pode ensinar sobre o que não conhece. Para isso, se faz necessário que sejam ministrados cursos de formação continuada que não sejam apenas oficinas de finais de semana, mas uma verdadeira formação para que os professores conheçam melhor a complexa diversidade da sociedade brasileira, e possam assim se posicionar de forma mais incisiva nos conflitos gerados pelo preconceito racial. Conflitos que existem sempre que os “diferentes” ocupam o mesmo espaço e, por isso, o professor precisa estar preparado para mostrar a esses alunos que é possível, com respeito e tolerância, dividir esses espaços. A criança que aprende a respeitar a diversidade se tornará, sem nenhuma dúvida, um adulto sem preconceitos, um adulto que valorizará, acima de tudo, a pessoa humana.

De acordo com Edimilson de Almeida Pereira (2007), os currículos pedagógicos não devem se restringir à enumeração de conteúdo, mas consistir em um mergulho comprometido da escola e de seus agentes na realidade sociocultural da região onde está situada, além disso, ele acredita que a inserção de elementos referentes às culturas indígenas e afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros, proporcionará aos docentes e discentes uma oportunidade de pensar a realidade social brasileira a partir de sua diversidade cultural e, também, de realizar uma revisão crítica nos conteúdos até agora apresentados como oficiais.

De outra parte, Hebe Maria Matos afirma que definir o tema transversal pluralidade cultural não se trata de dividir a sociedade brasileira em grupos culturais fechados, mas educar estimulando a convivência entre culturas diferentes, promovendo o respeito ao outro.

Ao definirem o tema transversal “pluralidade cultural”, os autores dos PCNs afirmaram que não se trata de dividir a sociedade brasileira em grupos culturais fechados, mas de educar com vistas a estimular a convivência entre tradições e práticas culturais diferenciadas...²².

Para Kabengele Munanga, os conteúdos preconceituosos dos livros didáticos, e aquele que está incutido na cabeça de alguns profissionais da educação e nas relações cotidianas, desestimulam os alunos negros, prejudicando o seu aprendizado. Reverter

²² MATTOS, Hebe Maria. “O Ensino da História e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra 2003, p. 129.

este quadro é um grande desafio da educação. A forma como os negros são apresentados nos livros didáticos, foi e ainda é reduzida a configurações da escravidão, trabalho braçal, canaviais, castigos no pelourinho entre tantas outras que em nada contribuem para valorizá-lo. Ora, a criança negra, que cresce vendo nos livros didáticos, os negros amarrados ao pelourinho, sendo chicoteados, trabalhando nos canaviais, carregando pesadas cargas nas costas, como animais, não poderão valorizar seus antepassados. Como sentir orgulho desta herança de escravidão e sofrimento?

Mostremos para nossas crianças e adolescentes o outro lado dessa História, o passado de lutas e resistência, as várias contribuições africanas, para a formação da identidade nacional, sejam na culinária, na música, na dança, na religiosidade, e assim conseguiremos promover a valorização da cultura afro-brasileira e o mais importante elevar a sua autoestima.

É mister apontar caminhos para os profissionais da educação que se esforçam para dar seguimento a essa difícil tarefa, muitas vezes sem apoio da própria escola. Que novos métodos sejam experimentados e testados, para que nossas crianças conheçam a riqueza da cultura afro-brasileira e também a História das sociedades africanas sob um ponto de vista que não seja a ótica do dominador, descolonizando as mentes, rompendo com o perigo de uma ‘história única’, que coloca o continente africano ante nossas crianças, em uma condição única de miséria, fome, desastres naturais²³.

²³ A literata nigeriana Chimamanda Adichie, em palestra realizada no TED em 2009, chama atenção para as visões estereotipadas sobre o continente africano, relatando a sua experiência como “negra-africana” nos Estados Unidos e suas experiências com o racismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>.